

Presidente escolhido para Petrobras cai antes da posse

Administração pública Troca de comando

Economista escolhido para presidir Petrobras cai antes de tomar posse

— A menos de 2 semanas da troca de gestão, Adriano Pires, indicado por Bolsonaro, desiste de cargo em razão das regras de governança e deixa o futuro da estatal à deriva

ADRIANA FERNANDES
IANDER PORCELLA
EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

O escolhido pelo governo Jair Bolsonaro para comandar a Petrobras caiu ontem antes mesmo de tomar posse. A desistência de Adriano Pires para o comando da petroleira, depois de avisado que não passaria no teste de governança da estatal, deixou o futuro da empresa à deriva no mercado, a pouco mais de uma semana da assembleia que votará a próxima gestão, marcada para 13 de abril. O imbróglio fez a estatal perder ontem R\$ 2,5 bilhões em valor de mercado, ignorando a alta do petróleo que beneficiou as concorrentes.

A desistência, comunicada ao Palácio do Planalto, vem depois de o **Estadão** revelar que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu que Pires fosse impedido de assumir o cargo enquanto não houvesse uma investigação do governo (Controladoria-Geral da União e Comissão de Ética) e da Petrobras sobre a atuação dele no setor privado.

Emissários do governo Jair Bolsonaro iniciaram sondagens junto a investidores do setor de petróleo sobre novos nomes para o comando da Petrobras e do seu conselho de administração.

Próximo ao senador Flavio Bolsonaro, o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade, voltou a ser cotado para a presidência executiva (leia mais na pág. B2). As indicações de Adriano Pires e de Rodolfo Landim, que declinou do convite na madrugada de domingo, esbarrraram em conflitos de interesse entre as suas atuações no mercado de gás e óleo e os da petrolífera brasileira.

Não adiantou a ofensiva da ala política do governo e da tropa de choque do Centrão para manter Pires à frente da petroleira, passando por cima das regras de acesso a cargos de comando da empresa depois que Pires comunicou a sua decisão pela manhã ao Planalto, antecipada pelo jornal *O Globo*.

O principal apoio público partiu do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). Cacicque do Centrão, Lira ajudou a validar a indicação de Pires. A ofensiva não deu certo.

Na defesa de Pires, Lira ironizou as regras de governança que apontaram conflito de interesse da atuação dele via sua empresa de consultoria com contratos com petroleiras e empresas de gás. "Tem de ser arcebispo para ser diretor da Petrobras", criticou. "Hoje, eu estava comentando aqui com o ministro: a pauta da imprensa, e tal-



Pires cogitou abrir mão de consultoria, mas ato seria insuficiente

"Ficou claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho de consultor com o exercício da presidência da Petrobras."

Adriano Pires
Em carta a ministro

vez do Ministério Público, é condenar o possível presidente da Petrobras porque presta assessoria a um grupo empresarial. Se eu sou da atividade privada, eu não posso trabalhar para nenhum grupo empresarial? Eu não posso prestar serviço? Eu não posso ter

trabalhado, e isso vai me prejudicar nas minhas decisões lá na frente?", questionou Lira.

CARTA. Apesar de alguns integrantes do governo e aliados políticos terem tentado ao longo do dia a reversão da situação, Pires enviou carta ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no fim do dia. Na carta, Pires disse que não poderia conciliar o seu trabalho com a presidência da Petrobras. "Ficou claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho de consultor com o exercício da presidência da Petrobras", afirma. "Iniciei imediatamente os procedimentos para me desligar do

CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), consultoria que fundei há mais de 20 anos e hoje dirijo em sociedade com meu filho. Ao longo do processo, porém, percebi que infelizmente não tenho condições de fazê-lo em tão pouco tempo." A atuação de Bento na condução do impasse foi colocada em xeque.

Para ficar, Pires teria de abrir mão de todos os contratos de longo prazo que a sua consultoria possui com as petroleiras e empresas de gás. A avaliação é de que, mesmo que isso ocorresse, depois da exposição pública dos problemas, ficaria a suspeita pairando sobre Pires de um eventual "acordo de gavetas", aumentando o desgaste em torno da estatal — que começou com os ataques do presidente Jair Bolsonaro à política de preços atrelada ao mercado internacional.

Como sócio-fundador do CBIE, Pires tem contratos de longo prazo com petroleiras e empresas de gás, como a Cosan. Segundo apurou o **Estadão**, Pires achou que bastaria passar sua parte na sociedade para o filho, Pedro Rodrigues Pires. Mas não é permitido pelas regras da estatal. Com o impedimento, ele decidiu abrir mão do comando da Petrobras. ● COLABOROU RAYANDERSON GUERRA

LIGAÇÃO COM EMPRESÁRIO TERIA INFLUENCIADO 'QUEDA' DE PIRES. PÁG. B2

Lambança

ANÁLISE

IRANY TEREZA

A forma tosca como o governo encaminhou a escolha dos nomes para o comando da Petrobras, que resultou na lambança revelada com a desistência dos indicados, leva a duas conclusões:

- 1) as regras de governança da empresa realmente melhoraram em relação ao que eram até 2016;
- 2) a incompreensão do con-

trolador (União) sobre as normas internas da companhia prejudica sua imagem e a deixa exposta à intensa especulação de mercado.

Os motivos que levaram Adriano Pires e Rodolfo Landim a abdicar de dois dos mais cobiçados cargos empresariais do País passam longe de um clube de futebol ou dos batidos "motivos pessoais".

Em reunião marcada para hoje, o Comitê de Pessoas faria a checagem do "background de integridade" dos indicados. Nenhum dos dois passou pelo pente-fino da área de

compliance.

Há neste trâmite uma fase formal, com a checagem de dados que possam causar impedimento. Outra, mais informal, é a dos apontamentos. Nela, cada uma das inconformidades é acompanhada da solução apresentada pelo postulante ao cargo. Somente depois disso, o comitê conclui a avaliação, e cada um responde pessoalmente a eventuais processos que questionem a decisão.

Antes da Lei das Estatais e da última mudança estatutária, não havia tantos obstáculos. Congelamentos artificiais de preços de combustíveis ocorreram sem maiores riscos para os administradores.

Há um ano, uma condição

do estatuto foi driblada na nomeação de Joaquim Silva e Luna para a presidência. O general não tinha os dez anos de experiência exigidos. Deu-se um jeitinho recorrendo às gestões militares.

Mas, agora, os "apontamentos" foram mais críticos e incluíam o conflito de interesse da CBIE, consultoria de Pires, que atende empresas ligadas de alguma forma à Petrobras, e os processos criminais aos quais responde Landim. Dá para passar por cima? O governo imaginou que sim. Mas teria de ser às claras, colocando na mesa os CPFs dos avaliadores. Quem toparia?

As ações da Petrobras são os títulos mais líquidos da B3 (a

Bolsa de Valores brasileira). Uma rápida olhada no gráfico mostra a mudança de patamar dos papéis neste ano, a partir da elevação da cotação mundial do petróleo acima de US\$ 100 o barril.

Os "ruídos" criados pelo controlador refletem as oscilações recentes do papel, que em um mês perdeu 5,82% em valor, apesar da cotação do petróleo.

Enquanto isso, o relógio para a assembleia de acionistas da Petrobras, daqui a 11 dias, continua contando, com a inaceitável ausência de nomes para a presidência executiva e o comando do Conselho Administrativo. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 1